



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	13053.720160/2016-71
RESOLUÇÃO	3401-003.040 – 3ª SEÇÃO/4ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	24 de fevereiro de 2026
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	VIBRA AGROINDUSTRIAL S/A
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Conversão do Julgamento em Diligência

RESOLUÇÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso Voluntário em diligência, nos termos do voto da relatora.

Assinado Digitalmente

Laura Baptista Borges – Relatora

Assinado Digitalmente

Leonardo Correia Lima Macedo – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Ana Paula Pedrosa Giglio, Celso Jose Ferreira de Oliveira, Laercio Cruz Uliana Junior, Laura Baptista Borges, Mateus Soares de Oliveira e Leonardo Correia Lima Macedo (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o acórdão proferido pela C. 31ª Turma da DRJ08/SP, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada. E, pela clareza com que expôs os fatos, transcrevo parte do Relatório do acórdão da C. DRJ para melhor compreensão da controvérsia:

“Trata-se de Despacho Decisório DRF/SCS/SAORT de nº 067, de 15/02/2017, que deferiu parcialmente o crédito pleiteado no PER apresentado em formulário, conforme Anexo I da IN RFB nº 1.300/2012, em 23/11/2016, referente a crédito presumido de PIS/Pasep não-cumulativo, período de apuração de 01/10/2012 a 31/12/2012, no valor original de R\$ 58.603,92.

Relata a fiscalização que realizara as verificações fiscais com base nas informações prestadas pela contribuinte, bem como aquelas constantes nos Sistemas Informatizados da Receita Federal.

Menciona que o crédito presumido ora pleiteado encontra amparo no Art. 55 da Lei nº 12.350/2010. E que esta prevê, no par. 8º do art. 55, a proporção entre a receita de exportação e a receita bruta total auferidas mês a mês.

Prossegue citando os dispositivos legais que embasam a utilização do crédito pleiteado:

4. O parágrafo 10 deste mesmo diploma legal e artigo deixa a cargo da Receita Federal do Brasil o estabelecimento dos termos e condições para aplicação deste crédito presumido;

§ 10. O crédito presumido de que trata este artigo aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

5. Assim sendo, a Instrução Normativa RFB nº 1.157/2011, que trata deste crédito presumido, prevê a opção do cálculo do crédito conforme o método adotado pela pessoa jurídica para determinação dos créditos:

Art. 9º O montante dos créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem os arts. 5º e 7º será determinado mediante aplicação, respectivamente, dos percentuais de 0,495% (quatrocentos e noventa e cinco milésimos por cento) e 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento), conforme o parágrafo único do art. 35 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, sobre o valor:

I - de aquisição dos bens relacionados nos incisos do art. 7º, vinculados à exportação, no caso de determinação de crédito pelo método de apropriação direta; e

II - resultante da aplicação da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total auferidas em cada mês pela pessoa jurídica com a venda dos produtos classificados nos códigos 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07 e 0210.1 da NCM sobre o valor de aquisição dos bens relacionados nos incisos do art. 7º, no caso de determinação de crédito pelo método de rateio proporcional.

Informa a autoridade fiscal a seguir que, a partir do exame da EFD – Escrituração Fiscal Digital do período, constatou que a opção eleita pela contribuinte foi o rateio proporcional. E que, nesse sentido, e com base nas notas fiscais obtidas no SPED, elaborou um demonstrativo comparando as vendas no mercado externo – Exportação – com as vendas totais, relativas aos produtos da posição 02.07 da NCM, obtendo-se assim o fator de proporção que, aplicado ao valor das aquisições

dos insumos, formam a base de cálculo sobre a qual incide a alíquota do crédito, conforme tabela abaixo:

MES	VENDAS TOTAIS	VENDAS EXPO	PROPORÇÃO – Vendas Expo / Vendas Totais (1)	Aquisição de insumos (2)	Base de Cálculo Valor Proporcional (1x2)	Credito Presumido Pis – BC x 0,4950%	Parcela do Credito utilizada dedução	Credito disponível
10/2012	21.571.545,41	12.522.122,60	0,5805	8.778.695,43	5.095.967,78	25.225,04	17.404,59	7.820,45
11/2012	22.936.783,02	11.753.827,88	0,5124	7.041.035,50	3.608.139,79	17.860,29	17.529,03	331,26
12/2012	27.243.906,56	11.208.312,13	0,4114	7.665.441,11	3.153.610,01	15.610,37	22.714,06	-7.103,69
TOTAL TRIMESTRE								1.048,02

E assim finaliza o procedimento:

8. As informações prestadas pelo contribuinte e os documentos reunidos ao processo/dossiê são aqui admitidos como expressão da verdade, sob as penas da lei, sem embargos de procedimento fiscal a posteriori para a verificação de sua autenticidade e, se for o caso, aplicação das penalidades administrativas civis e criminais, tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 1º e inciso I do artigo 2º da Lei 8.137/1990, que define os Crimes Contra a ordem Tributária, econômica e contra relações de Consumo.

5. No uso das competências previstas nos artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU 17/05/2012), e nos artigos 69 e 75 da IN RFB nº 1.300, de 20/11/2012 (DOU 21/11/2012), **RESOLVO:**

5.1 **RECONHECER EM PARTE e RESSARCIR** o direito creditório do contribuinte frente à Fazenda Nacional no valor de **R\$ 1.048,02 (Um mil, quarenta e oito reais e dois centavos)**; montante correspondente ao saldo credor do Ressarcimento do Pis/Pasep não cumulativo – Presumido, do 4º trimestre do ano de 2012, protocolado em **23/11/2016**.

5.2 Não foram detectadas Declarações de Compensação vinculadas a este crédito.

Reconhece ao final parte do crédito almejado, no importe de R\$ 1.048,02.”

Irresignada, a Recorrente apresentou sua Manifestação de Inconformidade que, em julgamento, a DRJ julgou improcedente, em acórdão assim ementado:

“Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/10/2012 a 31/12/2012

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO. REQUISITOS.

A certeza e a liquidez dos créditos são requisitos indispensáveis para a compensação/restituição autorizada por lei. Cabe ao contribuinte o ônus da prova da existência do crédito solicitado.

COMPROVAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA. CONTRIBUINTE.

No âmbito específico dos pedidos de restituição, compensação ou ressarcimento, é ônus do contribuinte/pleiteante a comprovação minudente da existência do direito creditório demandado.

Manifestação de Inconformidade Improcedente**Direito Creditório Não Reconhecido”**

A Recorrente interpôs, assim, seu Recurso Voluntário, estruturado no seguinte tópico recursal:

- DAS RAZÕES DE DIREITO QUE JUSTIFICAM A REFORMA DO ACÓRDÃO HOSTILIZADO.

É o relatório.

VOTO

Conselheira **Laura Baptista Borges**, Relatora.

O Recurso Voluntário é tempestivo, entretanto, entendo que ainda não se encontra maduro para julgamento.

Como relatado, a Recorrente solicitou o ressarcimento de crédito presumido de PIS no valor de R\$ 58.603,92, com base no art. 55 da Lei nº 12.350/2010, que concede crédito presumido sobre insumos vinculados à exportação de produtos dos códigos NCM 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07 e 0210.1, tendo optado pelo método de rateio proporcional para calcular seu crédito, conforme previsto no art. 9º, II, da IN RFB nº 1.157/2011.

A i. Fiscalização deferiu parcialmente o crédito, reconhecendo apenas R\$ 1.048,02, tendo a i. Fiscalização utilizado da seguinte metodologia:

1. Obteve as notas fiscais eletrônicas via SPED/EFD-Contribuições;
2. Calculou a proporção entre receita de exportação e receita bruta total mês a mês (§8º do art. 55, Lei 12.350/10);
3. Aplicou esse percentual sobre o valor de aquisição dos insumos; e
4. Aplicou as alíquotas de crédito presumido (0,495% PIS e 2,28% Cofins).

Em sua Manifestação de Inconformidade, a Recorrente alegou que sua metodologia e a da i. Fiscalização seria a mesma, entretanto, a i. Fiscalização teria cometido os seguintes erros ao realizar os cálculos:

- 1º erro: receitas computadas indevidamente - a Fiscalização teria considerado como vendas operação que não seriam de vendas, tais como, notas fiscais de remessas e notas fiscais de transferências; e
- 2º erro: teria ocorrido rateio sobre rateio (duplicidade) – a Fiscalização teria buscado os insumos no bloco M100 da EFD-Contribuições, que já contém valores ajustados pelo rateio.

A DRJ manteve a glosa, por falta de provas, justificando que a Recorrente, em sua Manifestação de Inconformidade, teria apresentado tão somente documentos de identificação do representante legal e documentos societários, no entanto, não apresentou sua própria EFD-Contribuições completa, planilhas detalhadas demonstrando o cálculo, comprovação do alegado "erro" do auditor ao buscar dados do bloco M100 e demonstração de que as notas de remessa/transferência foram indevidamente consideradas.

A Recorrente interpôs seu Recurso Voluntário discorrendo que a própria EFD-Contribuições, no seu sistema validador (PVA), já calcula e aplica automaticamente a "relação percentual entre receita de exportação e receita bruta total" quando o contribuinte escolhe o método de rateio proporcional.

Vale a leitura do seguinte trecho do Recurso Voluntário em que demonstra, no meu convencimento, de forma verossímil, o equívoco cometido pela i. Fiscalização. Confira-se:

“2.2 - Por se enquadrar na situação supramencionada, a Recorrente procedeu, então, à apuração dos referidos créditos presumidos de PIS e COFINS, utilizando, como base para tanto, os dados constantes nas suas EFDs-Contribuições, anexas ao presente recurso e que sempre estiveram disponíveis nos sistemas eletrônicos da RFB, nas quais constam as seguintes informações:

*a) no REGISTRO 0111, o valor correspondente a cada um dos tipos de receitas auferidas pela empresa (“Receita Tributada”, “Receita Não Tributada” e “Receita de Exportação”), obtendo-se, a partir daí, a **“relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês”**;*

b) nos BLOCOS A, C, D e F, as notas fiscais pertinentes às operações geradoras dos referidos créditos presumidos de PIS e COFINS, as quais são registradas sob os Códigos de Situação Tributária (CST) n. 62 (“Crédito Presumido - Operação de Aquisição Vinculada Exclusivamente a Receita de Exportação”) ou 66 (“Crédito Presumido - Operação de Aquisição Vinculada a Receitas Tributadas e Não-Tributadas no Mercado Interno, e de Exportação”);

*c) nos REGISTROS M105 e M505, os créditos presumidos de PIS e COFINS apurados pela empresa, mediante a aplicação das alíquotas previstas nos §§ 3º e 4º do art. 55 da Lei n. 12.350/20102, sobre o valor constante das notas fiscais, objeto do CST n. 62, e o montante resultante da aplicação da **“relação percentual existente entre a***

receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês” sobre o valor das notas fiscais, objeto do CST n. 66.

*2.3 - Com base nesses registros/informações, a Recorrente apurou, em relação ao 4º trimestre de 2012, o valor de **R\$ 58.603,92**, a título de créditos presumidos de COFINS, conforme se comprova pelos registros supramencionados das suas EFDs-Contribuições (em anexo), abaixo consolidados:*

		out/12	nov/12	dez/12	Total		
BLOCO 0 - Dados Cadastrais							
Registro 0111 - Rateio dos créditos	Receita Tributada	1.404.630,79	4,173%	1.401.993,86	3,634%	1.766.537,93	4,484%
	Receita Não Tributada	16.942.180,68	50,331%	22.570.170,40	58,499%	23.676.302,69	60,092%
	Receita Exportação	15.314.412,87	45,496%	14.610.137,08	37,867%	13.957.041,52	35,424%
	Total	33.661.224,34	100%	38.582.301,34	100%	39.399.882,14	100%

BLOCOS A, C, D e F - Documentos fiscais ref. operações de créditos e de débitos						
Documentos Fiscais de operações geradoras de créditos presumidos	Total aquisições vinculadas a receitas tributadas, não tributadas no mercado interno e de exportação (CST 66)		0	0	0	0
	Total aquisições vinculadas a operações de exportação (CST 62)		8.778.695	7.041.036	7.665.441	23.485.172
	Total base de cálculo do crédito presumido		8.778.695	7.041.036	7.665.441	23.485.172



BLOCO M - Apuração do PIS/Cofins



Sistema consolida os documentos fiscais escriturados pelo contribuinte, e processa o rateio dos créditos de acordo com as receitas informadas pelo contribuinte no registro 0111

Registro M100/M500 - Créditos relativos ao período	106 - Base de cálculo do crédito presumido vinculado a receita tributada		0	0	0	0
	Crédito Presumido vinculado a receita tributada		0	0	0	0
	(-) Crédito descontado		0	0	0	0
	(=) Saldo crédito		0	0	0	0
	206 - Base de cálculo do crédito presumido a receita não tributada		0	0	0	0
	Crédito Presumido vinculado a receita não tributada		0	0	0	0
	(-) Crédito descontado		0	0	0	0
	(=) Saldo crédito		0	0	0	0
	306 - Base de cálculo do crédito presumido a receita de exportação		8.778.695	7.041.036	7.665.441	23.485.172
	Crédito Presumido vinculado a receita de exportação		43.455	34.853	37.944	116.252
	(-) Crédito descontado		17.405	17.529	22.714	57.648
	(=) Saldo crédito		26.050	17.324	15.230	58.603,92
Total base de cálculo dos créditos		8.778.695	7.041.036	7.665.441	23.485.172	

2.4 - Como se vê, a própria EFD-Contribuições da Recorrente contém a informação da base de cálculo a ser utilizada, para fins de apuração dos referidos créditos presumidos de PIS e COFINS, cujo sistema já calcula (e aplica) automaticamente a

“relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês”, não se fazendo necessário, assim, que o contribuinte realize ajustes e/ou cálculos apartados, para a obtenção da “base de cálculo ajustada” prevista no § 8º do art. 55 da Lei n. 12.350/2010.

2.5 - Tanto é assim, que o próprio manual de preenchimento da EFD-Contribuições (versão 1.35), publicado em 18/06/2021, orienta (e esclarece) nesse sentido, senão vejamos:

Observações:

1. Em cada campo deve ser informada a receita bruta mensal consolidada da pessoa jurídica, correspondente ao somatório das receitas auferidas pelos seus diversos estabelecimentos, no período mensal da escrituração.

2. Os valores informados de receita bruta, nos diversos campos do Registro “0111”, serão utilizados para fins de rateio na validação ou determinação da base de cálculo de cada tipo de crédito escriturado nos Registros “M105” (Detalhamento da Base de Cálculo do Crédito de PIS/PASEP) e “M505” (Detalhamento da Base de Cálculo do Crédito de COFINS), em relação aos valores escriturados nos Blocos “A”, “C”, “D” e “F” representativos de operações com direito a crédito vinculadas a mais de um tipo de receitas (CST 53, 54, 55, 56, 63, 64, 65 e 66).

Nível hierárquico - 3

Ocorrência - 1:1

2.6 - Logo, o pedido de ressarcimento de créditos presumidos de COFINS, **no valor de R\$ 58.603,92**, é consentâneo com as notas fiscais e demais informações registradas na EFD-Contribuições da Recorrente e, por conseguinte, com a metodologia de cálculo preconizada pelo art. 55, I a III, §§ 7º e 8º, da Lei n. 12.350/2010.

2.7 - Ocorre que o Auditor Fiscal, ao analisar a questão, **(re)aplicou** sobre a “base de cálculo ajustada”, objeto dos REGISTROS M105 e M505 da EFD-Contribuições (ver itens 2.3 e 2.4 retors), a **“relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês”**, apurando, de forma inadequada, os aludidos créditos presumidos, diminuindo, assim, os valores a serem ressarcidos para a empresa, a tal título, senão vejamos:

RATEIO APURADO PELO FISCAL									
MES	VENDAS TOTAIS	VENDAS EXPO	PROPORÇÃO VENDAS EXPO/ Vendas Totais (1)	Aquisição de insumos (2)	calculo valor Propoircional(1x2)	Presumido PIS- BC x 0,495	crédito utilizado dedução	crédito disponível	
out/12	21.571.545,41	12.522.122,60	0,5805	8.778.695,43	5.095.967,78	25.225,04	17.404,59	7.820,45	
nov/12	22.936.783,02	11.753.827,79	0,5124	7.041.035,50	3.608.139,76	17.860,29	17.529,03	331,26	
dez/12	27.243.906,56	11.208.312,13	0,4114	7.665.441,11	3.153.610,01	15.610,37	22.714,06	7.103,69	
TOTAL TRIMESTRE									1.048,02

2.8 - Ao assim proceder, o Auditor Fiscal, além de inobservar a metodologia de cálculo estabelecida no art. 55, I a III, §§ 7º e 8º, da Lei n. 12.350/2010, para a apuração dos créditos presumidos de PIS e COFINS, desconsiderou as informações, valores e cálculos consignados nas EFDs-Contribuições da Recorrente, o que evidencia a insubsistência da “glosa”, ora combatida, e que foi equivocadamente respaldada pela 31ª Turma da DRJ08.”

Por entender verossímeis as alegações da Recorrente demonstradas em sua peça recursal, pautada nos Princípios da Verdade Material e do Formalismo Moderado, e levando em consideração o disposto no art. 16, § 4º, 'c', do Decreto nº 70.235/1972, proponho a conversão do julgamento em diligência para fins de que a Unidade de Origem:

- i. Valide a autenticidade da EFD-Contribuições apresentadas, bem como os valores declarados e demonstrados na peça recursal;
- ii. Confirme os percentuais de rateio alegados pela Recorrente para o período em questão, em especial verificando o constante do Registro 0111 da EFD-Contribuições, a saber: (a) se na própria declaração já consta a "relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês", conforme disposto no § 8º do art. 55 da Lei nº 12.350/2010 e (b) se os percentuais declarados pela Recorrente coincidem com os registrados no sistema;
- iii. Verifique, também para o período em questão, o valor total das operações registradas nos Blocos A, C, D e F da EFD-Contribuições sob os códigos de situação tributária CST 62 (Crédito Presumido vinculado exclusivamente a receita de exportação) e CST 66 (Crédito Presumido vinculado a receitas tributadas, não tributadas e de exportação), a fim de se identificar a base bruta das operações geradoras de crédito presumido;
- iv. Confirme se os valores nos registros M105/M505 correspondem aos pleiteados pela recorrente;
- v. Caso entenda necessário, intimar a Recorrente para fornecer documentos e esclarecimentos que entenda necessários para sua análise;
- vi. Elabore parecer conclusivo indicando, de forma detalhada, se há valor glosado a ser revertido, com suas justificativas; e
- vii. Intimar a Recorrente do resultado da diligência, sendo-lhe concedido o prazo de 30 (trinta) dias para sua manifestação e considerações, após o qual o processo deverá retornar a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para prosseguimento do julgamento.

É a resolução.

Assinado Digitalmente

Laura Baptista Borges